



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Apoio específico para o sector da construção

Com a normalização da epidemia, o Governo da RAEM tem reforçado os trabalhos de criação de postos de trabalho. Nos últimos anos, o Governo tem vindo a lançar o plano de formação subsidiada e a reforçar os projectos de infra-estruturas, com vista a aumentar a taxa de emprego dos residentes locais e a dinamizar o mercado económico. Recentemente, iniciaram-se muitas obras de infra-estruturas, o que contribuiu para apoiar este sector. No entanto, o número de desempregados continua a ser relativamente elevado. Nos últimos tempos, Macau voltou a registar casos consecutivos de Covid-19, o que levou ao encerramento e à suspensão da cidade por quase um mês, causando novamente grave impacto, e vitimizado pequenas e médias empresas (PME) e o sector referido. Isto conduziu à instabilidade social e ao surgimento de um aumento da taxa de desemprego e de subemprego, devido à recessão contínua do mercado económico. O futuro relativo ao emprego continua, portanto, a ser difícil. O Governo da RAEM deve rever, atempadamente, o regime de apoio, a fim de proporcionar mais espaço de desenvolvimento ao sector em causa e garantir o emprego dos residentes locais.

No passado, para atingir o objectivo da política “oferta de trabalho em vez de subsídios”, o Governo aumentou o número de obras públicas e de projectos de infra-estruturas, com vista a aumentar a procura interna e o espaço de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

emprego, para que os residentes locais pudessem ter um melhor desenvolvimento. Embora se registre um aumento da população empregada a curto prazo, a situação em geral não é satisfatória. Segundo o sector da construção civil local, o Governo lançou recentemente vários concursos públicos para a adjudicação de obras de infra-estruturas de grande envergadura, mas os resultados concentram-se, normalmente, em uma ou duas empresas do exterior, sendo que algumas empresas até conseguiram vários projectos de mais de 6 mil milhões de patacas, o que suscitou dúvidas ao sector em causa. De facto, muitos projectos infra-estruturais de grande envergadura foram, nos últimos anos, monopolizados por grandes empresas de construção do exterior, e isto reduziu o espaço de sobrevivência das PME locais, e essa situação do sector da construção civil agravou-se ainda mais devido à instabilidade causada pela epidemia. O Governo deve rever, atempadamente, o actual mecanismo de subcontratação, com vista a melhorar o ambiente do sector da construção civil. Segundo o sector em causa, o Governo deve prestar maior atenção à situação real das empresas locais no lançamento das empreitadas, avaliando as empresas locais e ajustando as medidas do respectivo regime ao ponderar a adjudicação, a fim de assegurar a eficácia da procura interna e criar condições favoráveis ao desenvolvimento das empresas de Macau.

Assim sendo, interpelo o Governo da RAEM sobre o seguinte:

1. Segundo o Governo, a “proporção de trabalhadores locais contratados” foi incluída na avaliação das propostas, com vista a ajustar adequadamente a proporção de recursos humanos, a incentivar os



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

concorrentes a contratarem trabalhadores locais e a equilibrar as relações entre os recursos humanos, por forma a proporcionar postos de trabalho e espaço de emprego suficientes aos residentes durante o período áureo de obras públicas. Todavia, regista-se um aumento contínuo do número de subemprego, sendo o sector da construção civil o mais afectado, o que levou à ineficácia das medidas adoptadas para o alargamento do emprego. O Governo deve adoptar medidas de coacção, definindo uma proporção mínima de trabalhadores locais, reajustando-a, e dando prioridade aos locais no acesso ao emprego, com vista a aumentar o espaço de emprego dos residentes de Macau. Vai fazê-lo?

2. Segundo o Governo, no 1.º semestre do corrente ano, foram realizadas 58 obras viárias em conjunto com concessionárias de serviços públicos, das quais 55 foram concluídas e outras estão quase concluídas. Para evitar um período de escassez de obras afectando o mercado de trabalho, o Governo deve acelerar a adjudicação de obras, para que se possam iniciar o mais rápido possível. Com vista a assegurar o emprego contínuo dos residentes, o Governo deve lançar uma nova ronda de projectos de obras para o combate à epidemia, beneficiando as PME locais. Vai fazê-lo?
3. Segundo o Governo, na fase de concurso, vão ser reduzidos os factores humanos para garantir a justiça na avaliação das propostas. Contudo, devido à falta de clareza das instruções relativas às obras, à baixa eficiência administrativa, à desactualização das leis relativas às



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

obras e à excessiva concorrência no mercado, segundo o sector da construção civil, as obras de grande envergadura em Macau têm vindo a ser adjudicadas às empresas de grande dimensão desde há muito tempo. Deste modo, as empresas de Macau só podem ser subempreiteiras, ou mesmo subempreiteiras de subempreiteiras. Além disso, os projectos de infra-estruturas de pequena e média dimensão estão demasiado concentrados em algumas empreiteiras, o que dificulta a sua generalização, originando desequilíbrio dentro e fora do sector da construção civil e conduzindo, assim, à sua recessão gradual. No âmbito dos futuros concursos públicos, o Governo deve clarificar e tornar transparentes as instruções relativas aos concursos e às adjudicações, rever o actual mecanismo de obras e aperfeiçoar o regime de empreitadas, com vista a criar melhores condições para o sector em causa, elevar a sua competitividade, e permitir ao sector desenvolver-se no exterior e participar nas oportunidades de desenvolvimento do País. Vai fazê-lo?

22 de Outubro de 2021

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Song Pek Kei